

PREFÁCIO

A realização, em maio de 2017, de um Congresso Internacional de Riscos sobre a temática dos Riscos e Educação proporcionou uma rara oportunidade para a redação de textos alusivos a esta temática, ainda pouco conhecida, mas que sofreu um forte impulso neste Congresso, dada a excelente produção que ele suscitou e que foi capaz de alimentar não só um volume da revista *Territorium*, o n.º 25(II), que foi dedicado aos “*Riscos e Educação*”, mas também quatro tomos da série Estudos Cindínicos, o primeiro dos quais se dá agora à estampa, sob o título da “*Educação para a Redução dos Riscos*”.

O volume seguinte versará sobre aspetos metodológicos da análise de riscos, os quais serão descritos através de exemplos aplicados a estudos de caso. A terceira obra desta sequência diz respeito a um conjunto de riscos que se manifesta com grande frequência e que corresponde aos que podemos designar por hidrometeorológicos. O quarto livro, que se organizou em torno dos trabalhos apresentados ao Congresso, reúne um conjunto de contribuições que mostram a pluralidade existente na diversidade das possíveis manifestações de risco.

Mas, centrando-nos na educação para a redução do risco, diremos que se trata de uma publicação que só pecará pela sua edição tardia, na medida em que não tem havido grande investimento da parte dos governos na educação para os riscos e, por conseguinte, trata-se de uma área científica onde existem poucas obras publicadas.

No entanto, tal não significa que não deva ser considerada uma área prioritária, como tem ficado bem patente em várias manifestações de risco, não só no caso do risco sísmico, onde alguns países muito têm investido, com bons resultados, na educação para a redução dos danos provocados por este tipo de riscos, mas também em algumas das mais traumáticas e que só obtiveram sucesso porque a educação, que pressupõe o respeito e a obediência ao chefe, esteve presente.

Para tal, será suficiente recordar duas situações mediáticas, que permitiram acompanhar em direto os respetivos salvamentos. O primeiro deles diz respeito a 33 mineiros chilenos, que estiveram presos durante 69 dias numa mina, por nela terem ficado soterrados a 688 metros de profundidade, devido a um acidente ocorrido a 5 de agosto de 2010. O outro, bem mais recente, refere-se a uma equipa de jovens futebolistas, 12 crianças e o seu treinador, que participavam numa espécie de praxe, com o objetivo de caminharem até ao fim da gruta e aí gravarem os seus nomes nas rochas.

Mas, quando pretendiam regressar, verificaram que as chuvas fortes que se fizeram sentir lhes bloquearam a saída e o grupo ficou preso no interior da gruta, na Tailândia, desde 23 de junho de 2018. Os últimos quatro rapazes a serem retirados, juntamente com o seu treinador, a 10 de julho de 2018, estiveram na gruta durante 18 dias.

Não duvidamos que qualquer destas situações só foi coroada de sucesso, porque em qualquer destas situações de risco excepcional, a educação esteve presente.

Do mesmo modo, estamos convictos de que se tivesse havido investimento na educação para o risco de incêndio florestal, o panorama das manifestações deste risco seria diferente, em primeiro lugar traduzido na redução do número de ignições, com tudo o que de positivo isso acarreta, e certamente também teria permitido reduzir o número de vítimas dos incêndios florestais registadas em Portugal, não só as dos ocorridos a 17 de junho e de 15 de outubro de 2017 ou, do mesmo modo, das verificadas nos incêndios da Grécia e, também não só as que na tarde de 23 de julho deste ano de 2018, afetaram a região de Ática, próxima de Atenas.

Com efeito, os investimentos na educação nem sempre são visíveis e muito menos, no imediato, no curto prazo que interessa aos decisores políticos, como nem seque é possível quantificar os resultados das muitas situações danosas que seriam evitado com esse investimento. Por outro lado, como essa demonstração não é evidente, os investimentos em educação, como muitos outros que deveriam ser realizados na prevenção dos riscos, acabam por não ser considerados prioritários e são sistematicamente adiados, acabando por não se realizar.

Esta obra não é propriamente um manual de educação para a redução dos vários tipos de risco, mas não deixa de apresentar diversas situações em diferentes contextos de risco que contribuem para aumentar a percepção da população exposta, que assim pode reduzir a vulnerabilidade e tornar-se mais resiliente.

Por todas estas razões, os autores estão de parabéns pela colaboração que emprestaram para que este tomo fosse dado à estampa, sobretudo porque versa sobre um tema em que os estudos ainda não são muito abundantes.

Coimbra, 10 de junho de 2018

Luciano Lourenço